

Procuradoria
Geral do
Estado



ESTADO DE GOIÁS
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

AO JUÍZO DA _____ VARA DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL DA COMARCA DE GOIÂNIA - GO

Requer-se, nesta oportunidade, homologação judicial do presente termo de acordo, nos termos da cláusula 2.2., §1º.

TERMO DE ACORDO N. 37/2024-CCMA/PGE

O **ESTADO DE GOIÁS**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 01.409.580/0001-38, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA**, CNPJ nº 01.409.655/0001-80, neste ato representada pelo Secretário de Estado da Economia FRANCISCO SÉRVULO FREIRE NOGUEIRA, com a consultoria jurídica da Procuradora do Estado CLÁUDIA PIMENTA FIGUEIREDO, OAB/GO nº 22.371, e por intermédio, também, da **SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**, CNPJ n. 08.876.217/0001-71, representada por seu Secretário de Estado, WELLINGTON MATOS DE LIMA, com a consultoria jurídica do Procurador do Estado CARLOS AUGUSTO SARDINHA TAVARES JÚNIOR, OAB/GO nº 31.700, doravante denominado **PRIMEIRO ACORDANTE**; a **AGÊNCIA GOIANA DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS - AGR**, CNPJ n. 03.537.650/0001.69, representada por seu Conselheiro Presidente, WAGNER OLIVEIRA GOMES, com a consultoria jurídica do Procurador do Estado RODRIGO PÉCLAT DE SOUSA, OAB/GO nº 42.602, doravante denominada **SEGUNDA ACORDANTE**; a empresa autorizatária de transporte coletivo intermunicipal **RÁPIDO GOIÁS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 01.481.795/0001-60, representada por seu sócio-administrador LEONI ANTONIO DA SILVA CPF nº ***.240.631-** e por seus Procuradores constituídos via sociedade de advogados com poderes especiais, CARVALHO, MOREIRA & SANDRE ADVOGADOS ASSOCIADOS OAB/GO nº 3.216, doravante denominada **TERCEIRA ACORDANTE**; com fundamento nos artigos 6º, 8º e 9º, da Lei Complementar estadual nº 144/2018, nos artigos 5º e 38-A, da Lei Complementar estadual nº 58/2006; no artigo 3º, §2º, do Código de Processo Civil/2015, nos artigos 20, 22 e 26, Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, bem como o que consta nos autos SEI nº 202300029000819 e 202300029004618 resolvem firmar o presente termo de acordo junto à **CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL - CCMA**, mediante observância das cláusulas e condições abaixo especificadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DA CONTEXTUALIZAÇÃO JURÍDICA

1.1. Trata-se de requerimento à Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual realizado pela Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, para resolução consensual de controvérsia referente ao sistema de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros do Estado de Goiás, quanto a créditos da SEGUNDA ACORDANTE devidos pela TERCEIRA

ACORDANTE, conforme referenciado nos Despachos nº 48/2024/AGR/GEF-11022 (55537828) e 1697/2024/AGR/GEF-11022 (63828238), relativamente:

- aos valores de outorga das parcelas 15/30, 11/30, 13/30, 02/30,03/30 e 04/30 do Termo de Autorização nº RN 0068/2016 - CR e objetos dos Termos de Adesão nº 1222/2023 e nº 1257/2023, instruído administrativamente no Processo SEI n.º 201600029003950; parcelas 1/30 e 1/30 do Termo de Autorização nº RN 220/2023- CR, instruído administrativamente no Processo SEI 202300029003674; e parcelas 08/30, 09/30, 10/30, 12/30, 14/30, 05/30, 06/30 e 07/30 do Termo de Autorização nº RN 0068/2016 - CR e objeto Termo de Adesão nº 1259/2023, instruído administrativamente no Processo SEI n.º 201600029003950;
- aos autos de infração nºs 35090, 36716, 36702, 36708/2018, 36706/2018 objetos do Termo de Adesão nº 315/2022 e instruídos administrativamente nos processos SEInºs 201800029001486, 201700029006273, 201900029000262, 201900029000268 e 201900029000266, e n.º 41187, objeto do Termo de Adesão nº 924/2023 e instruído administrativamente no processo SEI nº 202200029001861;
- e às taxas de regulação, controle e fiscalização de serviços públicos (TRCF) referentes às parcelas n.ºs 03/2020, 04/2020, 05/2020, 06/2020, 07/2020, 08/2020, 09/2020, 10/2020, 11/2020, 12/2020, 01/2021, 02/2021, 03/2021, 04/2021, 05/2021, 06/2021, 07/2021, 08/2021, 09/2021, 10/2021, 11/2021, 12/2021, 01/2022, 02/2022, objetos do Termo de Adesão nº 312/2022, e n.ºs 08/2022, 09/2022, 10/2022 e 11/2022, objetos do Termo de Adesão nº 422/2022, instruídos administrativamente no processo SEI nº 201900029008528;

e também quanto a créditos titularizados pela TERCEIRA ACORDANTE devidos pelo PRIMEIRO ACORDANTE relativamente à concessão de passes livres legalmente estabelecidos para idosos e pessoas com deficiência, nos termos das Leis estaduais nºs 13.898/2001 (PCD) e 14.765/2004, com as alterações promovidas pela Lei estadual nº 17.618/2012 (Idosos).

1.2. Diante da parcial frustração da expectativa criada pelo art. 13 da Lei estadual nº 18.673/14, após alteração ocorrida em 20 de janeiro de 2015, quanto à possibilidade da extinção das obrigações das delegatárias do serviço intermunicipal de passageiros decorrentes dos valores de outorga e TRCFs mediante a compensação com os créditos oriundos das “gratuidades”, foi aventada a possibilidade de um ajuste triangularizado - envolvendo a AGR, as delegatárias e o Estado de Goiás, por intermédio da Secretaria de Estado da Economia e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, com vistas à extinção das obrigações da TERCEIRA ACORDANTE pendentes perante a SEGUNDA ACORDANTE, no limite dos créditos da TERCEIRA ACORDANTE com o PRIMEIRO ACORDANTE, relativos às gratuidades.

1.3. A Procuradoria-Geral do Estado se posicionou favoravelmente à composição como meio viável para a solução da controvérsia, por meio da CCMA, conforme Despacho nº 479/2022 – GAB ([201700029003081; 000029117435](#)).

1.4. Em 28 de abril de 2022, por meio do Despacho nº 725/2022 – CCMA ([201700029003081; 000029582957](#)) foi realizado o juízo positivo de admissibilidade pela Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual, com a consequente admissão do feito.

1.5. Conforme artigo 10, da Lei estadual nº 18.673/2014, o sistema de transporte intermunicipal de passageiros do Estado de Goiás dependerá de prévia autorização do ente regulador – regime de delegação atualmente vigente –, tendo sido prevista sua natureza de ato administrativo vinculado.

1.6. A Lei estadual nº 13.898/2001, por sua vez, impõe a concessão de passes livres aos portadores de deficiência e insuficiência renal crônica, sem fazer distinção de regimes de delegação, estando prevista a necessidade de regulamentação correspondente pelo Poder Executivo.

1.7. Já a Lei estadual nº 14.765/2004 impõe a concessão de benefício tarifário a idosos comprovadamente carentes, sem fazer distinção de regimes de delegação, estando prevista a necessidade de o Poder Executivo adotar as medidas de compensação financeira às empresas obrigadas a referida concessão.

1.8. Neste contexto, o artigo 30, XII, Lei estadual n. 18.673/2014, determina à Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR a obrigatoriedade de análise dos passes

livres, apurando os valores dos ressarcimentos devidos aos operadores e estipulando os cronogramas de seus pagamentos.

1.9. Conforme art. 38, II da Resolução 40/2015 - CR pactuado entre a SEGUNDA e a TERCEIRA ACORDANTES, são direitos do usuário do serviço de transporte a garantia de atendimento, nos casos de passes livres previstos em lei.

1.10. Nos termos dos §1º e §2º, do artigo 13, da Lei estadual n. 18.673/2014, as empresas operadoras dos atuais serviços do sistema de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros do Estado de Goiás, detentoras de créditos oriundos da utilização dos passes livres, poderão utilizá-los para satisfazer o pagamento dos valores da outorga, bem como compensá-los com outros tributos inerentes à prestação dos serviços desse sistema.

1.11. Consoante mencionado previamente, em que pese a compensação entre a SEGUNDA e a TERCEIRA ACORDANTES tenha sido considerada inviável juridicamente em razão da ausência de reciprocidade entre credor e devedor, bem como da diversidade da natureza jurídica dos créditos – tal como bem pontuado no Despacho n. 1.104/2021-GAB ([000021889214](#)) –, novamente questionada acerca de *“algum meio viável para que a operação de quitação das gratuidades possa ser realizada de maneira concomitante ou condicionada à posterior quitação dos débitos das empresas para com a AGR”*([000028960043](#)), foi determinada a remessa dos autos à Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual ([000029117435](#)), com vistas a *“uma união de esforços em busca do entendimento entre a própria AGR, as delegatárias e o Estado de Goiás, representado pela Secretaria de Estado da Economia, para criar um ambiente favorável ao cumprimento das obrigações de todos e, conseqüentemente, as extinções das respectivas obrigações”*, o que ora se almeja alcançar por meio do presente ENCONTRO DE CONTAS.

1.12. Instaurado o Processo SEI nº [202300029000819](#) para veiculação da minuta padrão de termo de acordo, houve manifestação jurídica favorável por parte das respectivas Procuradorias Setoriais ([48835823](#); [48866369](#); [49112028](#)), assim como manifestação da Secretaria de Estado da Economia pela viabilidade orçamentária e financeira do ajuste, nos seguintes termos:

Considerando o pleito em tela, verifica-se que o presente objeto não esbarra em nenhuma das vedações interpostas pelo Regime de Recuperação Fiscal do Estado de Goiás, não cabendo, portanto, qualquer posicionamento desta Assessoria no que tange às vedações previstas no art. 8º da LC 159/17. ([46654460](#))

(...) esta Subsecretaria não encontra óbice à continuidade do pleito, desde que a natureza da celebração do acordo, no âmbito da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual – CCMA, com posterior homologação judicial com força de execução obrigatória, o que, ao ser classificada orçamentariamente como sentença judicial, não acarretará impacto nos tetos, conforme disposto no art. 41 da Portaria STN nº 10.464, de 07 de dezembro de 2022, que normatiza a apuração das limitações de despesas das LCs nº 156, de 2016, e nº 159, de 2017, o qual exclui das despesas primárias os pagamentos de sentenças judiciais.

Quanto à operacionalização do referido termo, no caso dos ingressos para a Autarquia, deverá ser realizada mediante autenticação de Documento de Arrecadação das Receitas Estaduais - DARE, à medida que o pagamento das gratuidades de transporte intermunicipal, previsto em Lei, se der através de execução orçamentária e financeira, em procedimento realizado no Sistema de Programação e Execução Orçamentária e Financeira - SIOFINet. ([46660535](#))

1.13. A atuação da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem Estadual é regida pelos princípios da independência, imparcialidade do(a) mediador(a), autonomia da vontade dos interessados, confidencialidade, oralidade, informalidade, boa-fé e decisão informada, previstos no artigo 166 do Código de Processo Civil e no artigo 2º, §1º, da Lei Complementar estadual n. 144/2018.

1.14. Nos termos dos artigos 8º e 9º da Lei Complementar estadual n. 144/2018, quando a mediação resultar em encargo econômico à Fazenda Pública estadual em montante superior a 500 (quinhentos) salários-mínimos, a formalização dependerá de autorização formal do Procurador-Geral do Estado, ou do

Governador, em caso de montante superior a 5.000 (cinco mil) salários-mínimos. No presente caso, a minuta padrão (52706259) editada no Processo SEI nº 202300029000819, foi devidamente aprovada pelo Procurador-Geral do Estado, via Despacho nº 1722/2023/GAB (52707301), e pelo Governador do Estado, via Despacho nº 1172/2023 (53053072), cujo extrato fora publicado no Diário Oficial em 23/10/2023, edição nº 24.147, página 1.

1.15. O mesmo diploma legal estabelece em seu artigo 1º, inciso IV, enquanto princípio na celebração dos acordos pela Administração Pública, a redução do dispêndio de recursos públicos na instauração, condução e acompanhamento de processos administrativos e judiciais, nos quais os custos suprem o potencial benefício decorrente dos prognósticos dos seus resultados, o que verifica-se no particular.

1.16. Lado outro, a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, estabelece, em seu artigo 20, que a esfera administrativa não poderá decidir com base em valores jurídicos abstratos, sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão, sendo imprescindível a demonstração da necessidade e adequação da medida imposta.

1.17. Conforme o artigo 22 de sobredito diploma legal, na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e dificuldades reais do(a) gestor(a) público(a), bem como as exigências das políticas públicas a seu cargo, cujas circunstâncias práticas deverão ser consideradas quanto à ação condicionada.

1.18. Ademais, nos termos do artigo 2º, VI e XIII, da Lei estadual n. 13.800/2001, considera-se adequação entre meios e fins a interpretação da norma de modo que melhor garanta o atendimento de sua finalidade pública, sendo vedada a imposição de obrigações ou restrições em medida superior às estritamente necessárias ao atendimento do interesse público.

1.19. Destarte, considerando a edição da Lei estadual nº 21.736/2022, que instituiu medidas facilitadoras para que o contribuinte negocie seus débitos relacionados aos créditos tributários e não tributários, constituídos em favor da SEGUNDA ACORDANTE, assim como a prorrogação de sua vigência pela Lei estadual nº 22.001/2023; e que a celebração de acordo é recomendada pelos princípios da isonomia, efetividade, eficiência, economicidade e vantajosidade, resolvem as partes, com fundamento nos dispositivos legais retromencionados e nos princípios referenciados, firmar o presente, observadas as condições abaixo.

2. CLÁUSULA SEGUNDA—DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES DO ACORDO

2.1. As partes resolvem celebrar o presente acordo, reconhecendo o PRIMEIRO ACORDANTE o montante devido à TERCEIRA ACORDANTE, a título de passes livres referentes ao período de 01/01/2017 a 31/08/2023 no valor total de **R\$ 67.316,07 (sessenta e sete mil trezentos e dezesseis reais e sete centavos)** conforme apuração realizada pela SEGUNDA ACORDANTE e pelo PRIMEIRO ACORDANTE, por intermédio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEI nº 202300029004618), em conformidade com auditoria realizada pela Controladoria-Geral do Estado - CGE, no bojo dos autos SEI nºs 202011867001464 e 202111867000228. O valor apurado corresponde ao SOMATÓRIO dos exercícios de 01/01/2017 a 31/12/2022, cujo valor foi de **R\$ 48.844,70 (quarenta e oito mil oitocentos e quarenta e quatro reais e setenta centavos)** e do montante de **R\$ 18.471,37 (dezoito mil quatrocentos e setenta e um reais e trinta e sete centavos)**, correspondente ao período de 01/01/2023 a 31/08/2023, conforme Certificação de Despesa (SEI nº 62614598).

§1º Em razão das medidas facilitadoras instituídas pela Lei estadual nº 21.736/2022, a TERCEIRA ACORDANTE anui com a indicação dos valores nominais dos passes livres, sem a incidência de juros e correção monetária.

§2º Em razão da celebração do presente instrumento e das medidas facilitadoras instituídas por meio da Lei estadual nº 21.736/2022, a TERCEIRA ACORDANTE renuncia expressamente a eventual pedido de aplicação da Resolução Normativa n. 120/2018 – CR para fins de recálculos de valores de outorga.

2.2. Compromete-se a TERCEIRA ACORDANTE a realizar a cessão do importe percebido do PRIMEIRO ACORDANTE, a título de passes livres, para pagamento dos créditos relativos aos valores devidos à

SEGUNDA ACORDANTE, **que totalizam R\$ 120.648,14 (cento e vinte mil seiscentos e quarenta e oito reais e quatorze centavos)**, a título de taxas de regulação, controle e fiscalização – TRCF, outorgas e autos de infração, os quais foram alvo de negociação com espeque na Lei estadual nº 21.736/2022 e objeto do(s) Termo(s) de Adesão nºs 1222/2023, 1257/2023, 1259/2023, 315/2022, 924/2023, 312/2022 e 422/2022, conforme autos SEI nºs 201600029003950, 201600029003950, 201600029003950, 201700029006273, 202200029001861, 201900029008528 e 201900029008528, respectivamente.

§1º O presente termo de acordo será levado à homologação judicial pela Procuradoria Setorial da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos, perante uma das Varas Estaduais da Fazenda Pública da Comarca de Goiânia, quando, então, constituirá título executivo judicial, nos termos do artigo 16, §2º, da Lei Complementar estadual nº 144/2018, e do artigo 20, parágrafo único, da Lei federal n. 13.140/2015;

§2º Após a homologação judicial, o pagamento do valor devido pelo PRIMEIRO ACORDANTE à TERCEIRA ACORDANTE será realizado através de execução orçamentária e financeira, em procedimento realizado no Sistema de Programação e Execução Orçamentária e Financeira - SIOFINet, mediante emissão de Ordem de Pagamento a ser encaminhada à instituição bancária, para a liquidação de DARE emitido pela SEGUNDA ACORDANTE, visando o abatimento ou a quitação dos créditos tributários e não tributários de sua titularidade;

§3º O valor a ser pago para a SEGUNDA ACORDANTE deverá abranger o importe de **R\$ 6.156,38 (seis mil cento e cinquenta e seis reais e trinta e oito centavos)** a título de taxas de regulação, controle e fiscalização de serviços públicos – TRCF; de **R\$ 110.631,60 (cento e dez mil seiscentos e trinta e um reais e sessenta centavos)** a título de outorgas; e de **R\$ 3.860,16 (três mil oitocentos e sessenta reais e dezesseis centavos)** referentes aos autos de infração, apurados nos autos SEI nºs 201600029003950, 201600029003950, 202300029003674, 201600029003950, 201700029006273, 202200029001861, 201900029008528 e 201900029008528, totalizando **R\$ 120.648,14 (cento e vinte mil seiscentos e quarenta e oito reais e quatorze centavos)**;

§4º Ante a insuficiência dos créditos recebidos do PRIMEIRO ACORDANTE para a quitação integral de seus débitos junto à SEGUNDA ACORDANTE, a TERCEIRA ACORDANTE deverá adimplir a diferença consistente em **R\$ 53.332,07 (cinquenta e três mil trezentos e trinta e dois reais e sete centavos)** por meio dos Termo(s) de Adesão nºs 1259/2023, 315/2022, 924/2023 e 422/2022, celebrado com a SEGUNDA ACORDANTE, com fundamento na Lei estadual nº 21.736/2022, devendo ser realizada a juntada do(s) comprovante(s) do(s) pagamento(s) nos autos SEI nº 202300029004618.

2.3. A falta de pagamento das diferenças mencionadas no §4º da cláusula 2.2 pela TERCEIRA ACORDANTE e PRIMEIRA ACORDANTE, respectivamente, implicará a rescisão do presente acordo e, tratando-se de débito ajuizado, no imediato prosseguimento da ação executiva correspondente, com a retomada da cobrança do valor remanescente, acrescido de juros e correção monetária incidentes e sem prejuízo dos honorários advocatícios.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONSEQUÊNCIAS DO ACORDO

3.1. O termo de acordo será publicado no sítio eletrônico oficial da Procuradoria-Geral do Estado de Goiás, nos termos do artigo 33 da Lei Complementar estadual nº 144, de 24 de julho de 2018, após o que o processo mediativo será encerrado, nos termos do art. 20, da Lei federal nº 13.140, de 26 de junho de 2015.

3.2. O presente ajuste implica confissão irrevogável e irretratável das dívidas descritas nas Cláusulas 2.1 a 2.3, importando em renúncia a eventuais direitos decorrentes do mesmo fato ou fundamento jurídico.

3.3. Confirmado o ingresso dos montantes devidos à SEGUNDA ACORDANTE a título de taxas de regulação, controle e fiscalização de serviços públicos – TRCF, conforme autos SEI nº 201900029008528; de outorgas nos autos SEI nº 201600029003950, 202300029003674 e 201600029003950 e de aos autos de infração, apurados nos autos SEI nº 201800029001486, 201700029006273, 201900029000262,

201900029000268, 201900029000266 e 202200029001861 será a quitação considerada plena, geral e irrevogável.

3.4. O presente ajuste restringe-se ao que estabelecido na Cláusula Segunda, sem onerar ou desonerar os acordantes do cumprimento de eventuais obrigações não mediadas.

3.5. O presente ajuste possui caráter intransferível, irrevogável e irretratável, e seu descumprimento por alguma das partes implicará sua rescisão.

3.6. O PRIMEIRO e a SEGUNDA ACORDANTES declaram, embasados nas manifestações técnicas das áreas competentes junto ao Processo SEI nº 202300029000819 e 202300029004618 que os valores, as condições e a operacionalização dos pagamentos ora entabulados respeitam todas as disposições constitucionais e legais atinentes às condicionantes orçamentárias e financeiras, notadamente aquelas dispostas no Título VI, Capítulo II, da Constituição Federal de 1988 (Das Finanças Públicas); na Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964; na Lei Complementar federal nº 101, de 04 de maio de 2000; na Lei Complementar federal nº 156, de 28 de dezembro de 2016; na Lei Complementar federal nº 159, de 19 de maio de 2017; na Constituição Estadual de 1989 e, ainda, aos condicionamentos impostos pelo Plano de Recuperação Fiscal vigente no Estado de Goiás, tornado público por meio do Decreto estadual nº 10.013, de 27 de dezembro de 2021;

3.7. As controvérsias eventualmente surgidas quanto a esse acordo, serão submetidas à tentativa de conciliação e mediação no âmbito da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual, na forma da Lei Complementar estadual n. 144/2018.

Diante do exposto, observados os preceitos legais atinentes ao caso, firmam as partes o presente acordo.

Goiânia, 27 de agosto de 2024.

FRANCISCO SÉRVULO FREIRE NOGUEIRA
Secretário de Estado da Economia

WELLINGTON MATOS DE LIMA
Secretário de Estado de Desenvolvimento Social

WAGNER OLIVEIRA GOMES
Presidente da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos

CLÁUDIA PIMENTA FIGUEIREDO
Procuradora do Estado de Goiás

CARLOS AUGUSTO SARDINHA TAVARES JÚNIOR
Procurador do Estado de Goiás

RODRIGO PÉCLAT DE SOUSA
Procurador do Estado de Goiás

Assinado digitalmente por RAPIDO GOIAS
LTDA:0148179500160
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado
Digital PJ A1, OU=Presencial, OU=
41327161000103, OUS=AC SingularID
Múltipla, CN=RAPIDO GOIAS
RAPIDO GOIAS
LTDA:0148179500160
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2024.10.04 09:44:36-03'00"
Foxit PDF Reader Versão: 2024.2.3

000160
LEONI ANTONIO DA SILVA

Sócio-Administrador da Empresa Rápido Goiás Ltda.



Assinado digitalmente por CARVALHO MOREIRA E
SANDRE ADVOGADOS ASSOCIADOS:33649574000144
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado Digital PJ A1,
OU=Presencial, OU=41367161000103, OU=AC
SingulardID Multipla, CN=CARVALHO MOREIRA E
SANDRE ADVOGADOS ASSOCIADOS:33649574000144
Razão: Sou sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2024.10.04 09:45:38-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.2.3

CARVALHO, MOREIRA & SANDRE ADVOGADOS ASSOCIADOS
Sociedade de Advogados da Empresa Rápido Goiás Ltda.
OAB/GO nº 3.216

GIORGIA KRISTINY DOS SANTOS ADAD

Mediadora

Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual



Documento assinado eletronicamente por **GIORGIA KRISTINY DOS SANTOS ADAD, Procurador (a) do Estado**, em 27/08/2024, às 17:46, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **WAGNER OLIVEIRA GOMES, Presidente**, em 29/08/2024, às 17:14, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIA PIMENTA FIGUEIREDO, Procurador (a) do Estado**, em 30/08/2024, às 14:49, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **WELLINGTON MATOS DE LIMA, Secretário (a) de Estado**, em 05/09/2024, às 09:32, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO SERVULO FREIRE NOGUEIRA, Secretário (a) de Estado**, em 06/09/2024, às 14:15, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS AUGUSTO SARDINHA TAVARES JUNIOR, Procurador (a) do Estado**, em 09/09/2024, às 08:05, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO PECLAT DE SOUSA, Procurador (a) Chefe**, em 10/09/2024, às 14:00, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **64075751** e o código CRC **B3766B3E**.

PROCURADORIA SETORIAL

AVENIDA GOIÁS, ED. VISCONDE DE MAUÁ 305 - Bairro CENTRO - GOIANIA - GO - CEP
74005-010 - .



Referência: Processo nº 202300029004618



SEI 64075751